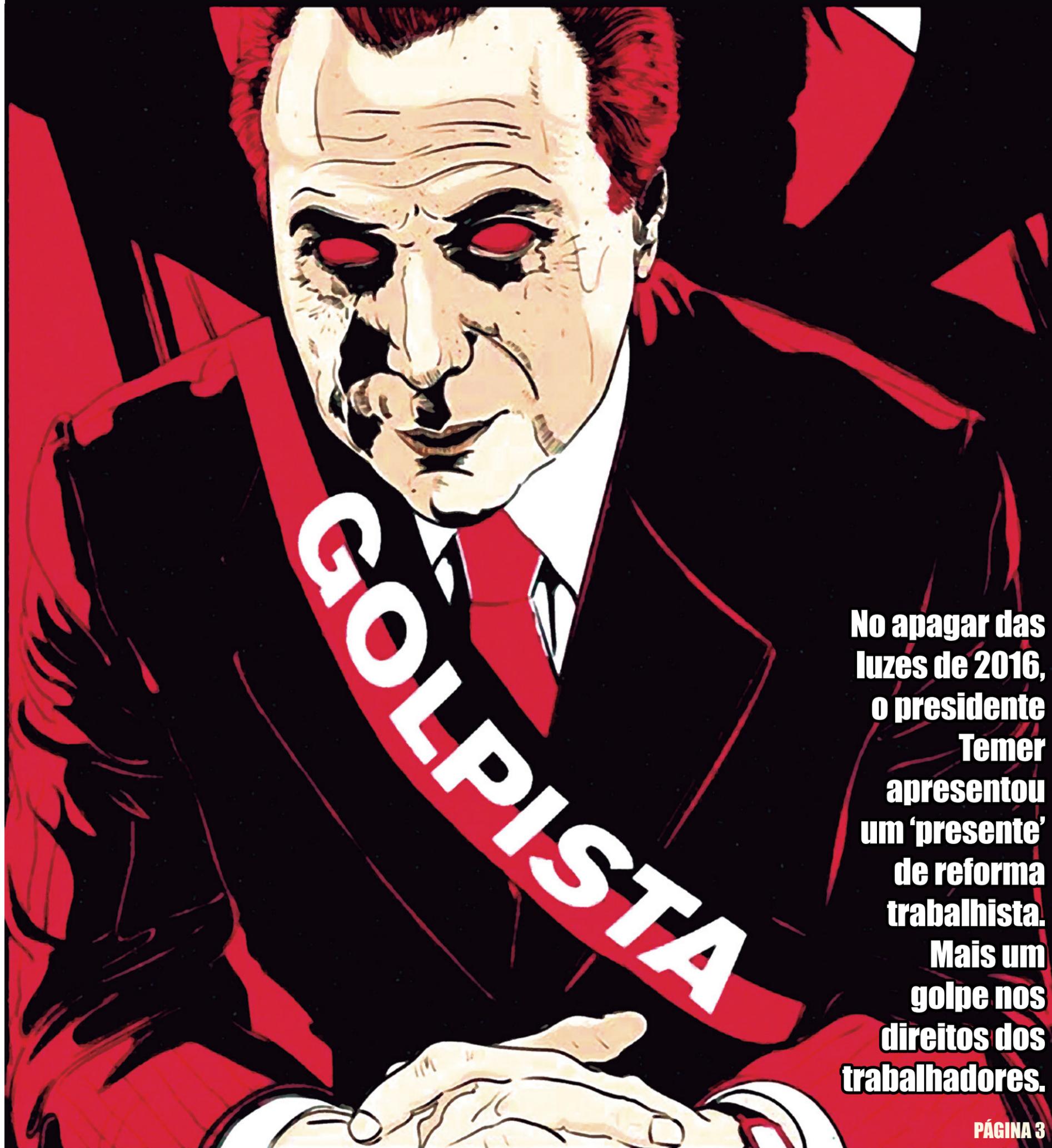


PRESENTE MALDITO PRESIDENTE



No apagar das luzes de 2016, o presidente Temer apresentou um 'presente' de reforma trabalhista. Mais um golpe nos direitos dos trabalhadores.

PÁGINA 3

Rafael critica decisão dos prefeitos de tirar verba da Agência do ABC

PÁGINA 2

Inscrições para cursos da Escola "Dona Lindu" começam segunda

PÁGINA 4

Notas e recados

FOTOS: DIVULGAÇÃO



DESIGUALDADE

Três donos da Rede Globo estão entre os oito homens mais ricos do País. Juntos eles possuem o mesmo dinheiro que 100 milhões de brasileiros.



RENOVAÇÃO DE CONTRATO

Está aberto o prazo para alunos renovarem os contratos vigentes do FIES. O sistema pode ser acessado no site do programa.



RESULTADOS DO ENEM

As notas do Enem serão divulgadas hoje, um dia antes do previsto. Cerca de 6 milhões de pessoas realizaram a prova.



CRIME NO METRÔ

Uma decisão liminar determinou que o Metrô pague pensão mensal de R\$ 2.232,54 para a mulher do ambulante assassinado na estação Pedro II.



SEM MORADIA

A primeira reintegração de posse realizada na gestão do prefeito João Dória, do PSDB, em São Paulo deixou 700 famílias sem moradia.



HOJE, ÀS 20h30



DECISÃO DO CONSÓRCIO PODE PARAR PROJETOS DA AGÊNCIA

Na última segunda-feira, dia 16, o presidente do Sindicato, Rafael Marques, participou de reunião dos representantes da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, que discutiu a decisão do Consórcio Intermunicipal Grande ABC de suspender os repasses de recursos para a Agência.

O presidente criticou a atitude dos prefeitos, que compõem o Consórcio, com base em um parecer do Tribunal de Contas do Estado.

“Em 2011, época em que a Agência era presidida por Valter Moura, representando instituições comerciais, houve a transição do Consórcio como instituição privada para pública. A prestação de contas foi sendo adequada ao novo modelo”, explicou.

“Há uma avaliação no TCE com relação às contas daquela época, mas o departamento jurídico da Agência tem esclarecido os procedimentos que foram feitos na transição. Por isso, achamos exagerada a decisão dos prefeitos”, afirmou.

Para o presidente do Sindicato, o trabalho desenvolvido pela Agência é relevante e coloca a região à frente de outras, exatamente por ter esses agrupamentos regionais.

“Não há motivos de natureza do trabalho realizado pela Agência. Evidentemente que é necessário melhorar, mas não podemos desmontar um instrumento que criamos e é favorável à região”, criticou Rafael.

“A desconstrução da Agência é a desconstrução da própria relação regional, idealizada pelo Celso Daniel e que conseguimos manter e ampliar até os dias atuais”, completou.

Segundo ele, os representantes dos setores na Agência devem tentar dialogar junto ao Consórcio e mostrar que essa é uma decisão que não contribui com o ABC.

“Essa decisão foi tomada de maneira precipitada. A Agência foi criada por sete leis municipais que estão em vigor e asseguram a relação do Consórcio

com a Agência, inclusive os repasses de recursos”.

Em 2016 foram repassados 30 milhões de reais ao Consórcio e, deste valor, foi repassado 700 mil reais para a Agência.

“A Agência não é um fardo econômico para o Consórcio. Ela é um instrumento que cria soluções para o desenvolvimento econômico do ABC”, finalizou.

O Consórcio é responsável por 49% do custeio da Agência de Desenvolvimento.

Rafael Marques presidiu a Agência entre 2013 a 2015 e lembrou algumas ações que influenciaram o Regime Automotivo, o Inovar-Auto, abrigaram o Arranjo Produtivo Local, o APL de ferramentaria, têxtil e metal mecânico, conquistou a alteração legislativa junto a DENATRAN para criar uma norma específica para empresas de carros esportivos.

Além de realizar o seminário de qualificação profissional e a cartilha de tudo do que se faz em educação profissional no ABC, entre outros.

Confira seus direitos

OS DIREITOS DOS TRABALHADORES EM GRAVE RISCO

O ano começa com uma pauta extremamente negativa para os trabalhadores de todo o País. O governo Temer defendendo as reformas previdenciária e trabalhista, esta envolvendo a ampliação da terceirização de serviços das empresas.

Em comum, ambas preveem redução de direitos e de garantias dos trabalhadores.

Além da reforma da previdência, que praticamente inviabilizará o acesso ao benefício da aposentadoria, o governo

Temer ameaça agora também com a reforma trabalhista, prevendo a ampliação dos contratos de trabalho temporários, com direitos reduzidos, a regra do negociado prevalecer sobre o legislado e restrições aos julgamentos proferidos pela Justiça do Trabalho, alvo preferencial de ataques desde o ano de 2016.

Além disto, a proposta de ampliação da terceirização de serviços é um compromisso do governo com empresários, a

fim de baratear a mão de obra e reduzir as garantias hoje previstas na legislação.

Momentos assim exigem da sociedade e dos sindicatos muita disposição para a luta e vigorosa resistência a tais medidas.

Todos estamos convocados para assegurar um patamar mínimo civilizatório de direitos a esta geração e às futuras. Nossos filhos e netos agradecerão por tudo aquilo que fizermos. Depende muito de nós.

Bom ano. Boa luta.

Colunas: Terças - Dieese | Quartas - Jurídico | Quintas - Saúde | Sextas - Formação

MALDADES NA REFORMA TRABALHISTA AUMENTAM COM A PEC 300



Anunciada como “um belíssimo presente de Natal” pelo presidente Michel Temer, durante coletiva de imprensa, no dia 22 de dezembro, a reforma trabalhista assustou a classe trabalhadora. A extensa lista de maldades prevista no Projeto de Lei 6.787 que pretende alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, retira direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

Entre os principais pontos estão a permissão de jornada de trabalho de 12 horas diárias, parcelamento de férias em até três vezes, ampliação do contrato de trabalho temporário e a prevalência do negociado sobre o legislado (confira lista ao lado).

“É no mínimo estranho e se percebe uma má intenção do governo federal em colocar a reforma trabalhista ao apagar das luzes de 2016. Algumas medidas já representam um aumento na flexibilidade dos contratos e têm como único objetivo atender a pauta patronal”, afirmou o secretário-geral do Sindicato, Wagner Santana, o Wagnão.

As centrais sindicais encaminharam mensagem ao

presidente Michel Temer pedindo que o Projeto tramite sem pedido de urgência no Congresso.

Porém, na última segunda-feira, dia 16, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, DEM-RJ, defendeu o regime de urgência, sob o velho argumento de que o desemprego está relacionado ao formalismo da lei.

Durante evento em Brasília, no último dia 12, o presidente da CUT, Vagner Freitas, afirmou que a bandeira contra a reforma da Previdência e trabalhista será a principal agenda da central para este ano.

PEC 300

Uma nova proposta apresentada pelo deputado Mauro Lopes, do PMDB-MG, pode agravar ainda mais a reforma trabalhista. A Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 300/2016, altera o artigo 7º, que traz 34 leis trabalhistas.

A PEC 300 determina a redução do aviso prévio de 90 para 30 dias, acabando com a proporcionalidade por tempo de serviço; a prevalência sobre a legislação das disposições previstas em convenções ou acordos

coletivos – atualmente nenhum acordo pode determinar menos do que assegura a legislação; e a redução do prazo de prescrição das ações trabalhistas.

Pela proposta o trabalhador teria apenas três meses para entrar com a ação, e só poderia reclamar os dois anos anteriores.

Hoje, o trabalhador tem até dois anos para fazer a reclamação trabalhista e pode cobrar dívidas dos últimos cinco anos.

Para tentar justificar a proposta, o deputado afirmou que os direitos trabalhistas garantidos na Constituição de 1988 eliminam postos de trabalho, e que a proteção constitucional ao trabalhador é exagerada e atrapalha o dinamismo da atividade econômica.

“Se a jornada de trabalho fosse reduzida das atuais 44 horas semanais para 40 horas, três milhões de postos de trabalho poderiam ser abertos”, lembrou Wagnão, citando estudo do Dieese.

A proposta será examinada pela Comissão de Constituição e Justiça. Caso aprovada, será apreciada por comissão especial, que analisa o mérito do texto.

TRABALHO TEMPORÁRIO

Os contratos temporários de trabalho poderão passar de atuais 90 dias para 120, prorrogáveis por mais 120 dias. Isso pode aumentar o número de trabalhos precários e alguns, que não eram considerados temporários, passam a ser, flexibilizando as relações.

FÉRIAS

Poderão ser parceladas em até três vezes, com pagamento proporcional aos respectivos períodos, sendo que uma das frações deve corresponder a ao menos duas semanas de trabalho.

JORNADA DE TRABALHO

Trabalho de 12 horas seguidas passa a ser regulamentado. São oito horas de trabalho, mais quatro horas extras. Na semana, o limite do número de horas também aumenta, para 48 horas, sendo 44 mais quatro extras.

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

O negociado passa a valer mais do que o legislado. Os acordos coletivos de trabalho definidos entre as empresas e os representantes dos trabalhadores poderão se sobrepor às leis trabalhistas definidas na CLT em 11 pontos específicos, que dizem respeito a jornada de trabalho e salário.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O acordo coletivo pode definir as regras, incluindo parcelamento no limite dos prazos do balanço patrimonial e/ou dos balancetes legalmente exigidos, não inferiores a duas parcelas.

JORNADA EM DESLOCAMENTO

Trabalhadores que vão e voltam em transporte oferecido pela empresa têm esse tempo de deslocamento contabilizado como jornada de trabalho. Pela proposta, um acordo coletivo pode mudar isso.

INTERVALO ENTRE JORNADAS

Hoje, o tempo de almoço, por exemplo, é de uma hora. Pela proposta, esse tempo poderia ser diferente. O intervalo entre jornadas tem que ter um limite mínimo de 30 minutos.

FIM DE ACORDO COLETIVO

A proposta do governo prevê que as partes podem concordar com a extensão de um acordo coletivo após sua expiração.

BANCO DE HORAS

As negociações em relação a banco de horas ficarão nas mãos das partes. O pagamento das horas extras, caso não compensadas, será de 50% sobre o salário equivalente à hora.

REMUNERAÇÃO POR PRODUTIVIDADE

Será decidida também em acordo coletivo.

REGISTRO DE PONTO

Também poderá ser definido em acordo coletivo. Isso flexibiliza, por exemplo, a exigência de ponto eletrônico.

Tribuna Esportiva



FOTOS: DIVULGAÇÃO

O lateral-direito **Matheus Ribeiro** assinou com o **Santos** até dezembro de 2020. O jogador veio do **Atlético-GO**.



Parte da arquibancada da **Vila Belmiro** cedeu e caiu sobre a proteção de três camarotes. A previsão é que o espaço seja reconstruído em 15 dias.



O volante **Paulo Roberto** e o atacante **Luidy** (foto) foram apresentados ao **Corinthians** como reforços para a próxima temporada.



O **Palmeiras** emprestou o zagueiro **Leandro Almeida** para o **Figueirense** até o final do ano.



O técnico **Rogério Ceni** afirmou que pode usar **Cícero** (foto) em até quatro funções: primeiro volante, segundo volante, homem de armação e 'falso' nove.



“DONA LINDU” ABRE INSCRIÇÕES PARA SEIS CURSOS DO CONVÊNIO SINDICATO/SENAI

Na próxima segunda-feira, dia 23, a Escola Livre para Formação Integral “Dona Lindu” abre inscrições para seis cursos do convênio Sindicato/Senai. (Saiba mais no quadro)

O curso de Informática Básica é o único que não possui prova para ingressar e as vagas são preenchidas por ordem de chegada.

Em Comandos Elétricos, os alunos desenvolverão montagens e manutenção de máquinas e equipamentos. O curso de Comunicação Oral e Escrita oferece recursos para o aprimoramento do processo de leitura, compreensão e redação

de texto, além de criar condições para se comunicar com mais desenvoltura em público.

Nas aulas de Eletricista Instalador serão ensinados os princípios e leis que regem o funcionamento de instalações elétricas.

Informática Básica aborda fundamentos de sistemas operacionais, editor de textos, planilhas eletrônicas, apresentação gráfica e internet.

Os que optarem por Inspetor de Qualidade, aprenderão o controle de medidas de peças, e em Matemática Aplicada à

Mecânica o aluno desenvolverá projetos e processos de fabricação.

As inscrições vão até o dia 27 de janeiro e devem ser feitas na secretaria da Escola que funciona das 10h às 20h.

Dependentes de sócios, seus filhos até 18 anos que estejam desempregados e esposas ou maridos desempregados precisam levar documento que comprove a dependência, carteira de trabalho original, carteirinha do sócio, último holerite do sócio e cópia do RG. Para quem já fez algum curso na Escola apresentar o diploma do Sindicato e Cidadania cursado a partir de 2014.

PREPARATÓRIO DE MATEMÁTICA TEM VAGAS ABERTAS ATÉ SEXTA

Para auxiliar os trabalhadores que desejam fazer cursos do convênio Sindicato/Senai, mas têm dificuldade na hora de realizar a prova, a Escola “Dona Lindu” disponibilizará um cursinho Preparatório de Matemática.

As aulas começarão no próximo dia 23 e irão até o dia 27. As inscrições para o cursinho estão abertas até sexta-feira, dia 20, e devem ser realizadas na secretaria da Escola.

As vagas são exclusivas para sócios, e só serão disponibilizadas para os dependentes se não forem preenchidas.

A **Regional** fica na Avenida Encarnação, 290, Piraporinha (perto do Terminal de Trólebus).

COMANDOS ELÉTRICOS – 32 VAGAS

Requisitos: noções de elétrica
Carga horária – 120h
Idade mínima – 18 anos

COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA – 32 VAGAS

Carga horária – 60h
Idade mínima – 16 anos

ELETRICISTA INSTALADOR RESIDENCIAL – 80 VAGAS

Carga horária – 160h
Idade mínima – 18 anos

INFORMÁTICA BÁSICA – 92 VAGAS

Carga horária – 80h
Idade mínima – 16 anos

INSPETOR DE QUALIDADE – 125 VAGAS

Carga horária – 168h
Idade mínima – 16 anos

MATEMÁTICA APLICADA À MECÂNICA – 32 VAGAS

Carga horária – 60h
Idade mínima – 16 anos

CURSO PREPARATÓRIO DE MATEMÁTICA – 20 VAGAS POR TURMA
Turma 1 – 10h às 12h | Turma 2 – 15h às 17h | Turma 3 – 18h às 20h